

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Expressões contemporâneas
da questão agrária

v.31 n.1

Jan-Jun/2021

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS
Cleusa dos Santos UFRJ
Paula Ferreira Poncioni UFRJ
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC V.31 N.1
Maristela Dal Moro UFRJ
Elaine Martins Moreira UFRJ
Leile Teixeira UFRJ

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Andréa Garcia Tippi
Silvina Galizia (espanhol)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Despejo das famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (MG), agosto de 2020. Foto: MST/MG.

Publicação indexada em:
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraiavermelha](https://www.instagram.com/revistapraiavermelha)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	5	
	<i>Maristela Dal Moro, Elaine Moreira & Leile Teixeira</i>		
ARTIGOS DOSSIÊ	Ecologização do capital agrário: novas fronteiras para a expansão capitalista	14	
	<i>Julio Cesar Pereira Monerat</i>		
	“Questão Social”, Questão Agrária e Dependência em debate	39	
	<i>Cristiane Francelina Dias & Vanderlei Martini</i>		
	Tendências contemporâneas da dinâmica capitalista na “zona da cana” nordestina	65	 Você está aqui.
	<i>Lucas Bezerra</i>		
	Expropriação da terra na Amazônia: participação do Estado e desigualdade socioeconômica	83	
	<i>Mônica de Melo Medeiros & Joana Valente Santana</i>		
	A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário fluminense	109	
	<i>Jessica Soares Borges et alia</i>		
	Políticas públicas de colonización agraria en Uruguay (1923-2020)	134	
	<i>Agustin Juncal Perez</i>		
	Experiências de comercialização de cestas da agricultura familiar no Rio de Janeiro: uma proposta de tipologia	158	
	<i>Layssa Ramos Maia de Almeida et alia</i>		
	Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional	184	
	<i>Raquel Santos Sant’Ana, Gabriel Okubo Awazu Palma & Julia Gusmini</i>		
ENTREVISTA	Eronildes de Souza Fermin	208	
	<i>por Maristela Dal Moro, Elaine Martins Moreira & Leile Teixeira</i>		



Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Tendências contemporâneas da dinâmica capitalista na “zona da cana” nordestina

Desenvolvimento capitalista
Classes sociais
Nordeste
Agroindústria canavieira

O artigo realiza um esboço interpretativo a propósito das tendências da dinâmica capitalista na agroindústria canavieira nordestina neste início de século. Apresenta um panorama do setor sucroalcooleiro em âmbito nacional para problematizar, em seguida, as particularidades da chamada “zona da cana” nordestina, formada pelos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. O eixo da análise recai, no global, sobre as alterações no âmbito das classes sociais em presença. Metodologicamente, sob o aporte categorial da crítica da economia política, vale-se de interlocução com a literatura especializada sobre o tema, documentos e dados oficiais a fim de responder ao objetivo do texto.

Lucas Bezerra

Educador popular na Escola Nacional Paulo Freire, mestre em serviço social pela UFPE.

lucasbezerra.1917@gmail.com





Introdução

A Questão Agrária no Brasil traduz uma agenda de pesquisa em aberto e que somente pode ser levada a efeito mediante amplo esforço coletivo. Deve guiar-se, assim, pela bússola que possibilita preencher os vazios da análise histórica e problematizar as transformações recentemente processadas ou mesmo em curso no campo brasileiro, prenes de novas determinações. Ao pesquisador, as possibilidades de delimitação são diversas: a produção social do espaço agrário; a configuração das classes sociais; as condições e relações de trabalho nesse universo; a dimensão político-organizativa e os movimentos populares no campo; a ação do Estado no tocante à questão agrária; as formas produtivas dominantes sob a égide do agronegócio; as particularidades regionais ou locais; entre outras.

Em meio a essa vastidão, reveladora das múltiplas faces assumidas pela realidade agrária contemporânea, procuramos discutir neste artigo a dinâmica de um ramo específico da produção agroindustrial: o setor sucroalcooleiro, organizado em torno da produção da cana-de-açúcar e seus principais derivados, o açúcar e o álcool. Monocultura cuja história confunde-se com a do país, figura-se entre os mais dinâmicos setores do agronegócio brasileiro e cumpre uma funcionalidade estratégica ao *modus operandi* do capitalismo brasileiro.

Elegemos para nosso debate o recorte espacial da chamada “zona da cana” nordestina, que compreende a quase totalidade da produção agroindustrial canavieira na região Nordeste, constituída pela Zona da Mata dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. O setor sucroalcooleiro representa uma atividade econômica central praticada nesse território por pelo menos quatro razões fundamentais:

- põe-se como eixo privilegiado da produção agrícola;
- mobiliza dezenas de milhares de trabalhadores, dos quais parcela majoritária atua na agricultura, no corte manual da cana-de-açúcar;
- angaria investimentos estatais significativos através da reivindicação por subsídios, créditos e isenção fiscal;
- exerce, dado o tradicional poderio econômico dos usineiros, influência direta no campo político-institucional.





Face a essa delimitação, na tentativa de lançar luz sobre a relação capital-trabalho na agroindústria canavieira, este artigo objetiva analisar a (re)configuração das classes sociais na zona canavieira do Nordeste no limiar do século XXI. Assistiu-se, especialmente ao longo dos últimos quinze anos, a um conjunto de modificações nesse ramo agroindustrial. À diferença da década de 1990, os anos 2000 são marcados por uma reinvestida produtiva do setor sucroalcooleiro, materializada numa retomada que compreendeu a expansão territorial de áreas com plantação de cana-de-açúcar e a intensificação da produtividade, elevadas em 100% (UNICA, 2017). Como em geral ocorre nos marcos do modo de produção capitalista, os trabalhadores e os recursos naturais têm arcado com os impactos negativos desse ciclo expansivo. Os primeiros, através do acirramento da exploração da força de trabalho na agricultura, operado em função dos incrementos na produtividade e da conseqüente ampliação da taxa de mais-valia. Os segundos, por meio da degradação do solo, provocada pela insistência na lógica do monocultivo e pelo uso intensivo de agrotóxicos.

No estudo que desenvolvemos no estado da Paraíba (cf. BEZERRA, 2018) – terceiro maior produtor do ramo no Nordeste –, atentos ao debate do trabalho, analisamos as repercussões desse processo sobre os cortadores de cana. Naquela ocasião, munidos de pesquisa empírica realizada junto a canavieiros e dirigentes sindicais, chegamos a uma constatação intrigante: ocorre uma elevação da produtividade social média dos trabalhadores sem alterações no processo produtivo, sem elevação da jornada de trabalho, sem modificações dos instrumentos de trabalho, sem investimentos em ciência e tecnologia. Esta conclusão é sugestiva de dilemas estruturais do desenvolvimento agrário brasileiro e expõe, ademais, uma particularidade inscrita no âmbito regional que reflete, na prática, as configurações assumidas pela lei do desenvolvimento desigual e combinado entre nós, em suas variadas formas de manifestação na dimensão inter-regional.¹

Nas páginas a seguir, nosso esforço expositivo concentra-se na sistematização das tendências contemporâneas do setor sucroalcooleiro nordestino para, a partir delas, lançar pistas que potencializem o objetivo anunciado. Afora esta introdução e as considerações finais, nossa argumentação encontra-se organizada em dois momentos: inicialmente, situamos



as principais tendências do setor sucroalcooleiro na cena contemporânea; em seguida, discutimos sua dinâmica na realidade nordestina.

Tendências contemporâneas do setor sucroalcooleiro: um novo ciclo restaurador

Em março de 2003, logo no início do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, foram comemorados os cinquenta anos da Volkswagen no Brasil. Uma grande festa, realizada em São Paulo (SP), reuniu empresários da indústria automobilística e do setor sucroalcooleiro, o ex-Presidente Lula e o então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, para lançar o primeiro veículo com tecnologia *Flex* no país. Num rito tido como símbolo de “sustentabilidade”, argumentava-se o sucesso dessa tecnologia no mundo. Ao mesmo tempo, renovava-se a promessa de dias melhores para os empresários da cana, do açúcar e do álcool após a crise dos anos 1990.

Este fenômeno se explica por um conjunto de determinações internas e externas, cujas expressões práticas envolvem:

- a proporção da crise na esfera petrolífera e a consequente elevação do preço do barril, articulado a um cenário de crise energética mundial;
- a elevação do preço do açúcar e do álcool no mercado internacional, no interior do *boom* das *commodities*;
- os tratados internacionais, como o Protocolo de Kyoto (1998), que exige a redução da emissão de gases que agravam o efeito estufa, como é o caso do gás carbônico;
- o amplo desenvolvimento e disseminação da tecnologia bicomcombustível (*flex fuel*), que requisitou um estrondoso aumento da demanda por álcool.

De modo conjunto, essas expressões passaram a configurar uma agenda político-econômica encampada pelo empresariado e pelo Estado brasileiro: reaquecer a todo vapor uma monocultura que poderia contribuir, naquelas circunstâncias conjunturais, com a “inserção competitiva” do Brasil no mercado mundial. Assim procederam, desenhando uma política que elevou as exportações da cana e de seus derivados. Inicia-se a retomada e o auge do lugar de destaque dos derivados da cana na pauta exportadora e na dinâmica do mercado interno, tendo o etanol como “menino

dos olhos”. Assim, o início de século, no Brasil, é marcado pela emergência do que caracterizamos como *novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar*.

A rigor, o setor sucroalcooleiro foi o ramo do agronegócio brasileiro que mais cresceu na década de 2000, ainda que a soja tenha sido a cultura mais plantada. Em 2005, a taxa de crescimento da produção de soja foi 1,3%, enquanto a produção de derivados da cana cresceu 26,7% (CPT, 2009). O Brasil assumiu, ainda, a liderança da produção mundial de etanol, sendo responsável por 45% de seu total, dado que para Lima (2013) vincula-se em larga medida às requisições da indústria automobilística. O autor demonstra que no ano de 2009, por exemplo, quase 100% da venda de veículos no país foi do tipo *Flex*. Das vendas totais, somente 8,6% foi de automóveis movidos só a álcool ou só à gasolina.

Do ponto de vista das requisições internacionais, o mercado europeu é elucidativo. Entre 2006 e 2010, o consumo de combustíveis “renováveis” na zona do euro saltou de 5,9 milhões de toneladas para 12,6 milhões de toneladas, representando uma alta de 113%. Os Estados Unidos, por sua vez, projetaram para 2022 um consumo de 136 bilhões de litros de biocombustíveis, um volume três vezes maior em relação ao consumo recente do Brasil, de aproximadamente 25 bilhões de litros (safra 2010). (CONAB, 2014).

Para que tamanho crescimento do setor sucroalcooleiro tomasse corpo foi necessário ampliar territorialmente a produção e intensificar a produtividade. Foram estes os ingredientes da “receita” empresarial. Entre 2003 e 2015, a área destinada à plantação praticamente duplicou: de 5,3 milhões de hectares para 10 milhões de hectares (UNICA, 2015), tendo como principal foco o eixo Centro-Sul (Sudeste/Centro-Oeste, na Mata e no Cerrado), cujo tamanho das lavouras, em dados comparativos, chega a ser cinco vezes superior ao tamanho do estado de Sergipe. De acordo com dados do extinto Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a produção canavieira atingiu em 2013 seu recorde: 670 milhões de toneladas, um aumento de aproximadamente 142% em relação ao início dos anos 2000².

Ao que nos parece, esta intensificação encontra sua devida explicação no acirramento da exploração da força de trabalho na agricultura, em particular, no corte manual da cana-de-açúcar



– atividade reconhecidamente degradante, subordinada ao pagamento por produção e cujos trabalhadores são, regra geral, homens jovens, com pouca escolaridade e sem qualificação profissional (BEZERRA, 2018).

Em São Paulo, por exemplo, enquanto nos anos 1990 os cortadores de cana costumavam cortar seis toneladas ao dia, nos anos 2000 passaram a registrar a média de doze toneladas/dia. A duplicação também se faz presente num estado do Nordeste como a Paraíba: de três toneladas/dia a seis toneladas/dia. Este dado também nos serve, aqui, para lembrar o seguinte: mesmo com as investidas modernizantes, o setor agroindustrial aqui analisado figura-se entre os que mais registram a presença de trabalhadores em condições análogas às de escravidão, expressas em jornadas exaustivas, trabalho forçado, condições degradantes e servidão por dívida. Entre 2003 e 2013, segundo dados disponibilizados pela Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil (2014), 10.709 trabalhadores das usinas de açúcar e álcool foram resgatados da condição de escravos por fiscais estatais do trabalho. Com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 22% do total de camponeses e trabalhadores rurais em condições escravas no Brasil estão inseridos no universo produtivo da cana-de-açúcar (CPT, 2016).

Na base desse ciclo restaurador – que repercute sobre o trabalho e sobre o território – está, como sinalizado, a articulação orgânica e estrutural entre Estado e Capital. Dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC) revelam que, durante os governos Lula, (2003-2010) os usineiros obtiveram 28,2 bilhões de reais em empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Só em 2010, por exemplo, foram R\$ 7,4 bilhões que financiaram desde o cultivo da cana-de-açúcar (R\$ 953 milhões) até a fabricação de açúcar e etanol (R\$ 5,6 bilhões) e a cogeração de energia (R\$ 665 milhões)” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2011, p. 20).

Ao angariar crédito a juros mínimos, o agronegócio sucroalcooleiro constrói uma dívida não paga por seus proprietários, mas pelo Estado brasileiro e pelos assalariados em geral. Para Ramos (2011), sobretudo a partir da “modernização” do setor com a compra de máquinas para a colheita, os empréstimos fornecidos pelo BNDES configuraram uma dívida dos usineiros no montante de 40





bilhões de reais, apenas em 2009. Ano após ano, o empresariado da cana suplica perdão e rolagem da dívida ao Estado, mesmo lucrando milhões e arrecadando incentivos fiscais.

Este ciclo restaurador arrasta consigo, além disso, o avanço do capital internacional sobre as terras brasileiras. Até os anos 1990, a participação de empresas estrangeiras na indústria da cana-de-açúcar no Brasil era diminuta, sobretudo quando comparada a outros setores estratégicos da economia. De 2005 para cá, em especial, observa-se a olho nu um processo de estrangeirização ou desnacionalização do território e do processo produtivo. A participação do capital externo no setor sucroalcooleiro no país elevou-se de maneira absurda: são 25 empresas de fora que passaram a investir no “negócio da cana” no Brasil. Estas grandes empresas apossaram-se das terras do país para lucrar à custa de nossos recursos naturais e da exploração de trabalhadores rurais brasileiros.

Tal configuração, expressão do dinamismo do ramo produtivo aqui posto à análise, leva-nos a uma afirmação que, embora tenha aderência à realidade, demanda estudo: na dinâmica do capitalismo contemporâneo, à diferença de períodos históricos pretéritos, a cana-de-açúcar ultrapassa as fronteiras da questão agrária; articula-se de modo uno, em proporções cada vez contundentes, à questão energética, costurando um ligamento que mantém em seu núcleo aspectos de combinação entre a política de desenvolvimento agrário e a política energética. Estamos a nos referir a dois componentes – terra e energia – que assumem uma posição estratégica no desenvolvimento das forças produtivas num país que atualmente é o máximo produtor de cana-de-açúcar e um dos maiores produtores de petróleo e gás natural do planeta.

Nesta sociabilidade, a articulação entre o agrário e o energético constitui parte central do processo de reprodução do capital. As grandes disputas por petróleo e gás natural demonstram exatamente isso. No instante em que a energia é afirmada na condição de mercadoria – assim como a terra –, é negada enquanto bem público. Daí decorrem disparidades alarmantes, típicas de uma sociedade erigida pela primazia do lucro. A lógica da “energia como mercadoria” está presente na totalidade do processo que a envolve: na geração, na transmissão e na





distribuição. Ao se prezar pelo lucro e pelo dito progresso econômico, distancia-se de qualquer preocupação real com consequências sociais e ambientais.

A produção energética encontra-se, hoje, cada vez mais amarrada ao grande capital internacional vinculado à especulação. Observa-se um crescimento acelerado das grandes corporações empresariais na exploração sobre nossas riquezas, conforme os fins do atual modelo energético. As transnacionais controlam o setor e apropriam-se privadamente de seus resultados. Até mesmo as poucas agências reguladoras estatais que ainda existem estão a serviço dos interesses capitalistas. Eis porque o problema central da energia é a política energética adotada, cujas vinculações ao modelo de desenvolvimento agrário encaminhado são amplamente ilustradas pela estrutura e dinâmica do setor sucroalcooleiro, que alocou em seu centro o etanol e, portanto, a produção energética.

Em especial desde o período da instituição do Pro-Álcool, na década de 1970, o Brasil vem diversificando sua matriz energética. O Estado tem se empenhado, junto ao empresariado, em ampliar a produção e a oferta de energia nuclear, de gás natural e, destacadamente, de fontes renováveis de energia, como é o caso do etanol. Parece-nos impraticável entender a restauração do setor sucroalcooleiro nos anos 2000 sem fazer referência a esse fenômeno; ou, mais que isso, sem analisá-lo no sentido de identificar suas principais contradições e tendências. Comprou-se por completo, sob o engodo da “energia limpa”, a tese do etanol como “menino dos olhos”, satisfazendo aos anseios da indústria automobilística, do agronegócio e das empresas petrolíferas, dado que perante a crise energética mundial estas têm investido esforços noutras fontes de combustível.

Postos em relação, esse conjunto de dados aponta para a unidade que conjuga o êxito de mercado do setor sucroalcooleiro nos anos 2000. Sistemáticamente, mediante o exposto, podemos sintetizar cinco principais tendências do setor sucroalcooleiro no período em análise:

1. elevação na dinâmica de concentração e centralização de capitais, integrando capitais já formados e suprimindo empresários de menor porte. No compasso avançado da monopolização, usineiros de negócios relativamente restritos,





- localistas, tendem a ser engolidos pelas grandes corporações que avançam no agronegócio da cana;
2. valorização da propriedade fundiária (IAMAMOTO, 2001), sobretudo ao passo em que se expande territorialmente a cultura da cana-de-açúcar para regiões que até então a desconheciam, como a Amazônia e o Cerrado;
 3. internacionalização da agroindústria canavieira, expressa na estrangeirização do território e do controle do processo produtivo;
 4. consolidação de um bloco capitalista da “energia limpa”, caracterizado por uma profunda aliança entre três tipos de capitais, que se inter cruzam no êxito produtivo do setor sucroalcooleiro:
 - a) a indústria automobilística, cuja pretensão óbvia é a permanência desse modelo de elevada produção de carros, pré-requisito para a elevação de sua taxa de lucro;
 - b) as empresas petrolíferas, que almejam, perante a crise energética mundial, atenuar a dependência do petróleo;
 - c) o agronegócio, no intuito de continuar monopolizando a produção mundial de produtos agrícolas;
 5. intensificação da exploração da força de trabalho, atingindo particularmente os trabalhadores que atuam no corte manual da cana-de-açúcar.

Ao articularem forças produtivas e das relações de produção, a configuração atual do setor sucroalcooleiro no Brasil põe em patamares mais elevados as complexas relações rural/urbano, moderno/arcaico, indústria/agricultura. Exposto esse quadro em seus caracteres gerais, torna-se oportuno, a seguir, identificá-lo na dinâmica do Nordeste brasileiro.

Capital e trabalho na agroindústria canavieira nordestina

O Nordeste brasileiro assume papéis social e economicamente determinados pelo processo de acumulação e reprodução do capital. Dispensa acepções homogeneizantes ou estereotipadas na medida em que sua estrutura e seu desenvolvimento assinalam empiricamente que a expansão do capitalismo não se subordina a um ritmo unívoco nem mesmo no plano interno de uma Nação. Em sintonia com proposições clássicas como as de Oliveira (1987) e Andrade (1998), analisamos o Nordeste sob



um prisma totalizante, entendendo-o como parte da questão nacional e das condições impostas pelo próprio desenvolvimento capitalista. Com essa contribuição – atualizada por outros estudiosos, a exemplo de Pereira (2018) –, compreende-se melhor o Nordeste a partir de sua inserção da “divisão inter-regional do trabalho” ou do “desenvolvimento desigual inter-regional” (OLIVEIRA, 1987). Mesmo com o adensamento geral de relações capitalistas no Brasil, diferenciações significativas são preservadas em diferentes partes do território. Há uma diversificação regional erigida economicamente, em certo grau, a partir de pressupostos naturais e geográficos, numa divisão consagrada em quatro partes principais: Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte.

Posto nosso interesse neste texto, cabe-nos a caracterização breve da Região da Mata e do Litoral Oriental, que se estende “[...] desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, sempre ocupando as terras situadas a leste da região nordestina. No Rio Grande do Norte e na Paraíba ela apresenta pequenas extensões, sendo a mata propriamente dita às várzeas dos rios que deságuam no Atlântico” (ANDRADE, 1994, p. 26). Pode ser considerada como a mais significativa porção do Nordeste, pois concentra o maior contingente populacional, “[...] assim como porque nela se localiza a parte mais importante de seu parque industrial e sua atividade agrícola de *plantation*” (id., p. 31). Daí o insulamento tão acentuado da monocultura canavieira, em razão da qualidade do solo, da umidade do ar e das taxas pluviométricas anuais satisfatórias a esse plantio, tal como demonstramos ao reconstituir os trânsitos econômico-produtivos da cana-de-açúcar no Brasil.

Ainda hoje, como resultado da via modernizante do parque agroindustrial canavieiro, mantém-se forte a produção da cana e de seus derivados na economia da Zona da Mata. A cana hegemoniza a paisagem e torna homogêneo o espaço no plano da aparência (LIMA, 2013). De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), os três estados anteriormente mencionados – Alagoas, Pernambuco e Paraíba –, são os principais produtores do ramo na região inteira, que reúne ao todo mais de oitenta unidades produtoras, como pode ser observado no quadro ao lado.

Dentre os três principais produtores, Alagoas continua a ser o que mais produz, seguido por Pernambuco e Paraíba. Observado o evolutivo dos últimos dez anos, essa tendência permanece com

QUADRO 1

Unidades produtoras de açúcar e etanol na região.

ESTADO	QUANTIDADE DE UNIDADES PRODUTORAS
Maranhão	05
Piauí	01
Ceará	05
Rio Grande Norte	04
Paraíba	09
Pernambuco	26
Alagoas	24
Sergipe	06
Bahia	07
TOTAL	87

Fonte: Lima (2013); Guia Oficial de Compras do Setor Sucroalcooleiro – Ano IV (2010).

a mesma configuração – na produção e moagem da cana, na produção de açúcar e na produção de etanol, como atestam os números da tabela abaixo.

	SAFRA 2005/2006			SAFRA 2015/2016		
	Cana processada*	Açúcar*	Etanol**	Cana processada*	Açúcar*	Etanol**
ALAGOAS	22.254	2.080	546	16.382	1.228	378
PERNAMBUCO	13.798	1.227	326	11.394	822	350
PARAÍBA	4.209	116	268	5.586	129	344

TABELA 1

Cana, açúcar e álcool nos três principais estados produtores do Nordeste (2005-2016).

Fonte: UNICA (2017); MAPA (2017).

Elaboração própria – Março/2018.

* mil. ton. ** mil. m³

A dinâmica do setor sucroalcooleiro nordestino nos anos 2000 acompanha o ritmo das tendências encaminhadas em âmbito nacional. Os dados apontam nessa direção: elevação na produção, intensificação da produtividade, expansão territorial, etc. Converte-se, assim, enquanto ilustração particular do cenário geral. Esta afirmação, contudo, não autoriza a análise da realidade regional de modo estanque. Admitir os traços de heterogeneidade e complexidade (BACELAR, 2000) que formam uma região como o Nordeste implica no reconhecimento de particularidades das estruturas produtivas erigidas, nas mais distintas regiões, conforme as demandas da acumulação de capital.

Extraímos da esfera da produção um exemplo. Enquanto no eixo Centro-Sul as usinas e destilarias avançaram na aquisição de maquinários, inserindo a colheita mecanizada, preserva-se no eixo Norte-Nordeste a predominância do corte manual, revelando um desdobramento prático das diferenciações regionais no que se refere às condições de exploração da força de trabalho. Em matéria divulgada no jornal Folha de São Paulo (03 jul. 2017), propagandeia-se que no Centro-Sul o “boia-fria” é personagem ultrapassado e que os saltos tecnológicos, supostamente sustentáveis, têm atingido avanços nos mínimos detalhes da totalidade produtiva, como no caso dos caminhões robotizados, que dispensam o motorista. Enquanto isso, no Norte-Nordeste a colheita mecanizada não atinge sequer 4% do total da produção.³

Sob o prisma da chamada “questão regional”, este elemento demanda uma investigação mais cuidadosa. As demonstrações

da realidade insinuam uma inequívoca distinção na estrutura produtiva do setor sucroalcooleiro entre o Sudeste e o Nordeste. Nas ocasiões em que o mercado da cana-de-açúcar se encontra em estado de euforia, essa diferença qualitativa no âmbito da produção apresenta-se de modo ainda mais aberto. É a situação deste início de século, antítese e síntese da crise enfrentada pela economia açucareira durante toda a década de 1990,⁴ quando a quantidade de cana produzida na região caiu praticamente pela metade.

Ponderações desse tipo levam-nos ao indicativo de que, consideradas as classes sociais fundamentais, nem a burguesia nem os trabalhadores são os mesmos de décadas atrás no universo da agroindústria canavieira nordestina. Quando se analisa o empresariado da cana, por exemplo, não se trata mais tão somente do fazendeiro oligarca, do usineiro tradicional (que, aliás, o eixo centro-sul jamais conheceu). Embora esta figura não tenha desaparecido, trata-se agora de um complexo que envolve em seu âmago a relação entre setores distintos do capital nacional e internacional, intercruzados no emaranhado da cadeia produtiva em questão: o agronegócio, a indústria automobilística e as empresas petrolíferas. Campo e cidade nas estruturas de dominação e apropriação. Produção agrícola e produção industrial, uma imbricada à outra. Capital e propriedade fundiária.

Destarte, ainda que persistam traços como o “familismo” e o “mandonismo”, típicos da composição oligárquica tradicional, este setor passa a incorporar em sua estrutura, tendencialmente, um rótulo de tom mais “moderno”. Noções como “desenvolvimento”, “inovação tecnológica”, “mecanização” e “prosperidade” constituem palavras-chave cativas ao empresariado sucroalcooleiro no Brasil contemporâneo. Sob um manto modernizante, sintetiza a exaltação dos avanços científicos, os maciços investimentos em insumos e maquinários com tecnologia de ponta, a suposta preocupação ambiental contida na agenda “sustentável” da energia “limpa e renovável”.

Em pesquisa anterior, sinalizamos que o empresariado da cana no Nordeste inova em seus mecanismos na esfera da produção industrial, na gestão e no controle da força de trabalho. A única esfera intocável, no que diz respeito aos investimentos em ciência e tecnologia, é a agricultura. Do contrário, o que justifica usinas

e destilarias do Nordeste, em contramão às do eixo Centro-Sul, valerem-se quase que exclusivamente do corte manual da cana-de-açúcar?

A grande massa empregada nos canaviais são, a rigor, cortadores de cana. Nessa região, em termos tendenciais, a síntese que construímos ao investigar o estado da Paraíba certamente possui dimensão extensiva ao Nordeste: são trabalhadores rurais assalariados, do sexo masculino, com pouca ou nenhuma escolaridade, sem qualificação profissional, periféricos em relação ao mundo e à região do país, cuja imensa maioria participa da população economicamente ativa somente durante alguns meses do ano – o período safrista, geralmente iniciado em agosto e finalizado em março.

Ao longo dos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é inegável que esses trabalhadores do Nordeste, que em seu conjunto ultrapassam cem mil, obtiveram conquistas civilizatórias relacionadas à alimentação, habitação, condições de deslocamento para o trabalho, formalização dos contratos, obrigatoriedade da distribuição de Equipamentos de Proteção Individual, etc.⁵ Contraditoriamente, tais melhorias convivem com um processo de intensificação do trabalho, originado a partir da necessidade empresarial de elevação dos índices de produtividade e derivado das demandas econômicas do novo ciclo restaurador da cana-de-açúcar.

Esta contradição representa um dos principais dilemas que explicitam a configuração contemporânea da relação capital/trabalho na agroindústria canavieira nordestina. Num estado como a Paraíba, por exemplo, os cortadores de cana, submetidos às regras do pagamento por produção (tonelada cortada), recebem oito reais a cada mil quilos de cana cortada, numa produtividade social média de seis toneladas/dia por trabalhador.

Regido por uma regra análoga ao “salário por peça” (MARX, 1980), a agroindústria canavieira aciona, no Nordeste, a formação de um “hibridismo” entre formas distintas, mas complementares, de organização técnica do trabalho, como é o caso do taylorismo-fordismo e do toyotismo. Ao tempo em que assegura ao cortador de cana a condição de “gorila amestrado” sonhada por Taylor, submersa nas exigências da produção em larga escala, o empresariado invoca na esfera da gestão da força de trabalho a



constituição do ideário do “cortador-colaborador”, notadamente inspirado nos princípios da “acumulação flexível”. A intenção do controle reside nessas mais diversas formas e métodos, que conversam entre si na totalidade do processo produtivo, o que nos leva a afirmar que o trabalho dos cortadores de cana arrasta consigo os piores traços do trabalho escravo, do fordismo e do toyotismo.

O ideário do “cortador-colaborador” traduz uma pedagogia do saber-fazer coerente à razão empresarial. Seu principal objetivo é fazer com que os trabalhadores se sintam parte dos resultados da usina ou destilaria, o que representa um profundo ataque do ponto de vista ideológico e que repercute brutalmente sobre a organização política dos trabalhadores, já que: i) sob o engodo desse ideário, o patrão seria parceiro, e não opositor; ii) estimula um disputismo interno entre os trabalhadores, já que a lógica do pagamento por produção (no caso, por tonelada cortada) acaba por diferenciar as remunerações conforme a produtividade individual.

Afora isso, outro elemento que merece realce são os impactos do ciclo agrícola sobre o assalariamento temporário. Aos trabalhadores safristas, a possibilidade de reprodução da vida através da venda da força de trabalho limita-se a alguns meses do ano. Raramente contraem um vínculo empregatício formal durante a entressafra, tendo de recorrer, na maior parte das vezes, à inserção na informalidade e, no limite, aos benefícios eventuais da política de assistência social, dentre os quais se destaca a cesta básica.

Outro aspecto relevante, ainda, relaciona-se à mobilidade do trabalho para o corte de cana na “zona da cana” nordestina. Até a década de 1990 predominava um intenso fluxo de trabalhadores rurais oriundos do Agreste e do Sertão em direção aos canaviais do Litoral. Deslocavam-se tanto para o Sudeste (São Paulo, especialmente), quanto mobilizavam-se internamente, no próprio estado, de uma mesorregião para outra. Hoje, constata-se uma emblemática tendência em curso: predominantemente, o fluxo é cidade-campo, entre trabalhadores da própria Zona da Mata, que moram nas periferias das pequenas cidades que ficam em redor das unidades produtoras.

Evidentemente, estes aspectos aqui esboçados representam muito mais pontos de partida do real para uma investigação mais



densa em torno das classes sociais no recorte espacial adotado. Sugerem inúmeras pistas para que, a partir delas, seja possível deslindar melhor a realidade de uma região ainda desconhecida em muitos aspectos e repleta de modificações de relevo ao longo do último período.

Considerações finais

O fim perseguido ao longo deste texto consistiu em lançar luz sobre a realidade contemporânea da agroindústria canavieira no Nordeste. Este ramo da produção agrícola, ao ingressar num novo ciclo expansivo, segue seu curso em atendimento às exigências do desenvolvimento capitalista. Suas contradições submetem-se ao crivo de continuidades e descontinuidades. É isto o que, mediado pelos caracteres da formação econômico-social brasileira, ressalta no conjunto da produção canavieira proporções cada vez mais complexas. Entre ciclos expansivos e recessivos, as modificações na estrutura produtiva desse setor, sobretudo em seu eixo industrial, convivem de modo contraditório e unitário com traços da herança colonial, como se pode verificar no trabalho na agricultura, no qual se empregam os cortadores de cana. Ao sinalizar essa interação constante entre continuidades e descontinuidades, referenciamos a dialética moderno-arcaico, explicitada enquanto tendência histórico-universal do modo de produção capitalista e ilustração particular da dinâmica produtiva que acomete a agroindústria canavieira no Brasil e no Nordeste.

As modificações levadas a efeito ao longo da última década possibilitaram, na classe trabalhadora, a constituição de um novo assalariado, um operariado rural que difere daquele historicamente constituído nas cidades. E na burguesia, uma transmutação do antigo fazendeiro oligarca em novo empresariado, cuja marca do familismo e mandonismo ainda, de alguma forma, permanece.

Do exposto, das bases da via modernizante à configuração recente no agronegócio da cana no Nordeste, o conteúdo exposto apresenta possibilidades investigativas que demandam empenho e um cuidadoso trato. Entre estas, as seguintes dimensões chamam nossa atenção: as particularidades relacionadas à divisão inter-regional do trabalho; a penetração crescente de capital externo na agroindústria canavieira e seus possíveis rearranjos no âmbito dos métodos de acumulação; a atual composição político-

econômica do empresariado e do operariado rural e suas formas de organização.

Estas dimensões, internamente articuladas, apontam para um eixo comum: adensar a análise em torno das classes sociais no Nordeste brasileiro, suas redefinições em função do desenvolvimento capitalistas, etc. Munidos desse conhecimento, tornar-se-á possível ampliar o debate marxista no Brasil, inclusive em suas organizações políticas, em torno das possibilidades da intervenção classista numa região estratégica do País, como o Nordeste.

Uma afirmação geral, no entanto, deve ser registrada, sobretudo num tempo como o que passa o Brasil. Ficou evidente que a grande massa dos trabalhadores empregados na Zona da Cana nordestina, isto é, os que atuam no corte manual, desempenham uma atividade amarga que, em seu cotidiano, contrasta com o doce da cana-de-açúcar. Estes trabalhadores possuem na reforma agrária a possibilidade histórica de uma vida diferente. Somente saídas estruturais, que apontem para a soberania popular e para a democratização da propriedade da terra, serão capazes de pôr fim a essa história multissecular que se recia em graus cada vez mais elevados.

Referências

- ANDRADE, M. C. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas: Papirus, 1988.
- ANDRADE, M. C. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- BACELAR, T. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Reva; FASE, 2000.
- BEZERRA, L. (2018). *O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: exploração e produtividade*. Dissertação de Mestrado. Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal de Pernambuco.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar*. Brasília, 2014.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. *Impactos do monocultivo da cana na Amazônia e no Cerrado*. Brasília, 2009.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. *Relatório Conflitos no Campo*

- Brasil. Brasília, 2016.
- IAMAMOTO, M. *Trabalho e Indivíduo Social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIMA, E. *Dissidência e fragmentação da luta pela terra na “Zona da Cana” nordestina*: Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Recife: CRV Editora, 2013.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- PEREIRA, E. M. (2018). *A dialética do desenvolvimento desigual inter-regional: a questão social no Nordeste brasileiro dos anos 2000*. Tese de Doutorado. PPGSS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RAMOS, Pedro. *Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e... atual*. Mimeo, edição do autor, 2011.
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Monopólio na produção de etanol no Brasil*. Brasília, 2011.
- UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. *Mapa da produção*. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/mapa-da-producao>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. *Mapa da produção – quantidade/safra por estado*. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/mapa-da-producao>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

Notas

- 1 Recentemente analisada em tese intitulada *A dialética do desenvolvimento desigual inter-regional: a questão social no Nordeste brasileiro dos anos 2000*, de autoria de Evelyne Medeiros Pereira, defendida no Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ (PEREIRA, 2018). [voltar]
- 2 Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>>. Acesso em 24 nov. 2017. [voltar]
- 3 Disponível em: <<https://www.novacana.com/n/cana/colheita/totalmente-mecanizada-lavoura-cana-caminhao-motorista-030716/>>. Acesso em 21 fev. 2018. [voltar]

4 Um dos desdobramentos dessa crise na região em debate foi, como de regra, a ampla demissão de trabalhadores. “A pressão dos grandes proprietários e grupos empresariais nesse momento foi para que os desempregados rurais abandonassem os engenhos e as moradias nas (agro)vilas” (LIMA, 2013, p. 80). Este fato, acrescido do estrondoso montante de dívidas trabalhistas não pagas por usinas autodeclaradas falidas, acentuou o conflito entre a burguesia da cana e os trabalhadores canavieiros – estes últimos, naquele contexto, desempregados e sem-terra. [voltar]

5 Contrastando com a década de 1990: “Nos anos 1990, enquanto reflexo do panorama geral na economia, na sociedade e no Estado, notava-se um nível de intensidade da precarização do trabalho que abarcava, na concretude dos fatos, os seguintes elementos: i) informalidade; ii) depressão salarial; iii) uma heterogênea composição do trabalho coletivo (homens, mulheres e crianças); iv) a presença de intermediários entre canavieiros e empresas, responsáveis tanto pelo recrutamento quanto pelo pagamento dos trabalhadores; v) aviltantes condições e relações de trabalho, expressas na ausência de equipamentos de proteção, nos “gaiolões” que conduziam os trabalhadores à lavoura, no parco acesso a alimentos, nas moradias insalubres, etc” (BEZERRA, 2018, p. 172). [voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em maio de 2021 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).